

Liberalismo e consolidação do poder político e social das elites regionais: o caso dos Vaz Preto e Tavares Proença na Beira Baixa

NUNO POUSINHO

nunopousinho@gmail.com

Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea - NOVA/FCSH

Resumo

A transição entre Antigo Regime e o Liberalismo significou uma alteração profunda nos modelos de representação política e social. Se no passado no acesso aos lugares de destaque se privilegiava o nascimento e a predominância social da chamada “gente da governança”, com o poder económico baseado na posse da terra, o Liberalismo apostou na meritocracia, promovendo outras formas de acumular fortuna. Porém, as continuidades foram evidentes e as antigas elites souberam adaptar-se, aumentando o seu poder económico, político e social. Foram estes os casos das famílias dos Vaz Preto e Tavares Proença na Beira Baixa.

Palavras-chave:

Elites; Vaz Preto; Tavares Proença; Antigo Regime; Liberalismo; Beira Baixa

Abstract

The transition between the Old Regime and Liberalism meant a profound change in the models of political and social representation. If in the past when accessing prominent places, the birth and social predominance of the so-called “governance people” were privileged, with economic power based on land tenure, Liberalism bet on meritocracy, promoting other ways of accumulating fortune. However, the continuities were evident and the old elites were able to adapt, increasing their economic, political and social power. These were the cases of the Vaz Preto and Tavares Proença families in Beira Baixa.

Key concepts:

Elites; Vaz Preto; Tavares Proença; Old Regime; Liberalism; Beira Baixa

Introdução

As famílias Vaz Preto Geraldês e Tavares de Almeida Proença desempenharam um papel de relevo na vida económica, política e social da Beira Baixa ao longo do século XIX e mesmo, ainda, no século XX. Esta preponderância encontra raízes em séculos anteriores, onde os ascendentes tiveram um papel importante nas estruturas de poder de Antigo Regime. Neste período, pertenceram à elite que comandava os concelhos e assegurava as funções administrativas da monarquia na periferia.

Apesar de Manuel Vaz Preto (1828-1902) e Francisco Tavares de Almeida Proença (1853-1932) serem os rostos mais conhecidos destas ilustres casas, os seus progenitores, João José Vaz Preto Geraldês (1801-1863) e Francisco Tavares de Almeida Proença (1798-1872), herdaram toda a preponderância social e económica que vinha, pelo menos, do século XVII. Os seus antepassados tinham bens vinculados e foram agentes ativos do poder local durante o Antigo Regime, sendo escolhidos como informantes pelos corregedores ou eleitos vereadores para as câmaras municipais, construindo e cimentando o prestígio familiar.

A influência política, económica e social manteve-se no regime liberal. No campo político desempenharam vários cargos: deputados, senadores, pares do Reino, governador civil, no caso de João José, tendo Tavares Proença (pai) chegado a ministro do Reino em 1847. Os bens patrimoniais também continuaram a ser aumentados, nomeadamente comprando bens nacionais ou diversificando investimentos noutras áreas. Porém, as casas agrícolas continuaram a ser a base dos rendimentos.

O objetivo deste artigo é demonstrar como estas famílias conseguiram dar continuidade ao prestígio alcançado no Antigo Regime. Estamos perante dois casos de grande capacidade de adaptação a uma nova estrutura política e social que permitiu consolidar e dar continuidade ao prestígio dos Vaz Preto e Tavares Proença.

Metodologicamente, este artigo procurou em primeiro lugar encontrar as origens do poder económico das duas famílias. Ele encontra-se no Antigo Regime, sendo possuidores de várias propriedades vinculadas e alodiais. A fortuna e os patrimónios não só resistiram como foram aumentados no período liberal. As relações com o poder político fo-

ram fundamentais para a consolidação do poder e também são importantes na análise, nomeadamente a proximidade com várias figuras de destaque na construção do Estado liberal oitocentista. As estratégias matrimoniais tiveram um papel decisivo, pois contribuíram para a afirmação e consolidação do prestígio social destas duas casas, existindo uma clara linha de continuidade entre o Antigo Regime e o Liberalismo que demonstra uma grande capacidade de adaptação perante novas regras de representação social e política.

Finalmente, uma nota sobre a bibliografia e as fontes utilizadas. Foram usados vários estudos de âmbito local e regional com informações várias sobre estas famílias. Estudos nacionais e espanhóis também foram importantes para efetuar alguma comparação com outras realidades. Já em relação às fontes foram utilizados os registos de vínculos, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e uma série de outras fontes de âmbito local.

1. Os Vaz Preto e Tavares Proença: a família; património e fortuna

Como já referimos, tanto os Vaz Preto como os Tavares Proença tinham um lastro de enorme prestígio social, económico e político que tinha origens no Antigo Regime. Neste período, as elites locais tinham grande preponderância no poder municipal. A vida política regional e local dependia destes grupos que exerciam o poder sobre a comunidade, tendo a clara convivência do poder central. As leis existentes permitiam, ano após ano, a manutenção dos principais cargos municipais num número restrito de indivíduos. O poder político estava impregnado de uma conceção aristocratizante. Os principais cargos públicos estavam destinados a uma minoria definida pelo seu estatuto, riqueza ou origens familiares. Segundo o pensamento da época, os membros destas famílias, nobres e ricas, davam garantias de isenção e independência no desempenho das suas funções, para além de possuírem uma autoridade natural.

Era este o caso dos Vaz Preto, identificados nos róis de elegíveis para os cargos camarários no concelho de Castelo Branco como pertencentes ao estrato dos «homens bons» ou «gente da Governança». Desempenharam cargos nas vereações, como foram os casos de Manuel Vaz

Nunes Preto de Castilho e do seu irmão Fernando Afonso Geraldês Preto, no final do século XVIII e princípio do século XIX¹.

Esta família administrava um vasto conjunto de bens principalmente nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova. Chegados ao século XIX, as propriedades, a maioria vinculadas, estavam na posse da família há várias gerações. No entanto, a instituição vincular não se coadunava com os ideais liberais de justiça, igualdade e liberdade e foi com naturalidade que este sistema acabou em Portugal em 1863². Contudo, a lei de 30 de julho de 1860 começou por abolir somente os vínculos e capelas que não tivessem rendimento anual líquido de 400\$000 réis e estabelecia, também, que todos os vínculos deveriam estar registados no governo civil. É com base nestes registos que podemos identificar uma parte do património desta família.

João José Vaz Preto Geraldês registou 455 propriedades em 1862, distribuídas pelos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, e era administrador dos morgados, que remontavam ao século XVII, de São

Sebastião da Lousa e de Alcains, no qual sucedeu a seu pai. O morgado da Lousa administrava ainda mais dois vínculos que tinham pertencido a um tio-avô, localizados nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, e a um tio, com bens situados nos concelhos de Idanha-a-Nova e Fundão. Estes dois familiares, solteiros e sem descendência, doaram o património ao sobrinho, em 1816, para o engrandecimento da sua casa³.

Após a implantação definitiva do Liberalismo uma das formas de aumentar a riqueza patrimonial passava pela compra de bens nacionais. Ao que parece, João José Vaz Preto não se interessou na sua aquisição, não há notícia de nenhuma arrematação nos anos de 1830. Por seu lado, o filho, Manuel Vaz Preto, após a lei de 20 de junho de 1866, que tornou extensivas às Misericórdias as leis de desamortização, apostou na compra de bens da Misericórdia de Castelo Branco⁴.

Sobre a família de Tavares Proença não temos notícias do desempenho de cargos municipais, mas tinham propriedades vinculadas que igualmente remontavam ao final da centúria de seiscentos. Francisco

¹ POUSINHO, 2004, anexo n.º8.

² COELHO, 1980

³ A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 4.

⁴ MARTINS, 2010, pp. 28-29.

Tavares de Almeida Proença administrava vínculos, do lado materno. Estas propriedades situavam-se nos concelhos da Covilhã, Fundão e Penamacor.

É de crer que estes bens herdados fossem uma ínfima parte do património da família, tendo em conta que uma fração significativa dos haveres de Francisco Tavares Proença tinham origem no seu casamento com a herdeira de um legado considerável, pertencente a um grande homem de negócios de Castelo Branco.

De facto, Francisco Tavares de Almeida Proença casou a 7 de dezembro de 1835 com Maria Piedade Fevereiro, filha e herdeira única de Joaquim José Mendes Fevereiro. O futuro sogro pertenceu às vereações albacastrenses no final do Antigo Regime sendo identificado, numa fase inicial, como agricultor e criador de gado, passando depois a negociante e proprietário⁵.

Com o advento do Liberalismo continuou a aumentar a sua enorme riqueza comprando bens nacionais, tendo adquirido 59 propriedades, no valor de 9 316\$000⁶. A par de todos estes bens, à medida que a

cidade de Castelo Branco se ia expandindo desde a década de 1820, Joaquim Fevereiro construiu vários edifícios⁷.

Foi todo este pecúlio que Francisco Tavares de Almeida Proença herdou, em 1841. Tavares continuou a aumentar o património familiar e, logo em 1845, adquiriu terrenos junto à Sé de Castelo Branco, onde construiu um grande palacete⁸.

Para além de todos estes bens há que juntar os lotes comprados aquando da venda dos bens nacionais nos anos de 1830, tanto por Tavares Proença, como pela sua mãe⁹. Aquando da desamortização das Misericórdias, na década de 1860, também adquiriu propriedades na freguesia de Malpica do Tejo e duas herdades em Monsaraz¹⁰. Na mesma época, adquiriu bens que tinham pertencido à confraria de Nossa Senhora do Rosário, em Castelo Branco. Anos mais tarde, o seu filho, em 1881, comprou várias propriedades que tinham pertencido ao Recolhimento de Santa Maria Madalena, situadas à volta da mesma cidade¹¹.

A par de toda esta riqueza, Tavares Proença ainda herdou em 1868,

⁵ POUSINHO, 2004, pp. 188 e 212.

⁶ MARTINS, 2010, p. 17; ESTEVES, 2008, p. 194.

⁷ MARTINS, 2005, p. 24.

⁸ IDEM, *ibidem*, pp. 36-37.

⁹ ESTEVES, 2008, p. 124.

¹⁰ FONSECA, 1996, p. 494, quadro XV.

¹¹ MARTINS, 2010, pp. 28-29.

por testamento, a fortuna do barão de Porto de Mós. Neste espólio contavam-se grandes propriedades no distrito de Leiria e no Alentejo, destacando-se a conhecida herdade do Esporão, em Reguengos de Monsaraz¹².

Perante todas estas aquisições e heranças as propriedades estavam distribuídas por quatro distritos: Castelo Branco, Évora, Leiria e Lisboa.

Após a morte de Tavares Proença (pai) o seu filho herdou esta imensa fortuna e manteve a predominância da família, apesar de alguns bens terem sido repartidos com as suas irmãs.

As fortunas destas duas famílias eram consideráveis. Quando João José Vaz Preto registou as 455 propriedades vinculadas em 1862 reconheceu que apenas registava as de maior valor. O valor patrimonial destes domínios ultrapassava os 97 contos de réis.

João José Vaz Preto Geraldês, segundo os róis de elegíveis para vereadores no Antigo Regime, na década de 1820, possuía uma fortuna de 240 contos, com um rendimento anual de 9 600\$000 réis¹³, o que

prova a riqueza da família quando comparada com rendimentos globais de algumas casas dos grandes do Reino, tais como os condes de Sampaio com 9 600\$000 réis, em 1828¹⁴.

Já no período liberal, não dispenho de números para a fortuna atribuída a Manuel Vaz Preto, socorremo-nos da coleta do imposto da décima, comparando-o com o valor pago pelo pai, para nos aproximarmos da dimensão da sua riqueza. Manuel Vaz pagou 401\$130 réis, em 1868, estando entre os 40 maiores contribuintes do concelho. O pai foi coletado, em 1852, com 175\$820 réis¹⁵, pelo que podemos afirmar que Manuel Vaz Preto aumentou a riqueza da família face ao maior volume de impostos pago.

Em relação à família Tavares Proença, os bens herdados do lado paterno e materno estão descritos de uma forma muito resumida. Tavares em vez de apresentar o valor patrimonial das propriedades declarou o rendimento por elas proporcionado. Com toda a certeza, estes bens eram uma ínfima parte do património da família Tavares Proença, tendo em conta que uma parte significativa da riqueza alcançada

¹² AZEVEDO, 2010.

¹³ POUSINHO, 2004, p. 188.

¹⁴ MONTEIRO, 1998, pp. 319-320.

¹⁵ POUSINHO, 2004, anexo n.º16.

por Francisco Tavares Proença tinha origem no casamento, como vimos.

A fortuna do sogro, Joaquim Fevereiro, alcançava valores significativos já que, nos róis de elegíveis para a vereação da câmara municipal de Castelo Branco, era-lhe atribuída uma riqueza no valor de 96 contos de réis¹⁶. Após a vitória dos Liberais assistimos à adesão de Joaquim Fevereiro à nova ordem e logo em 1834, após a tomada da cidade pelas tropas liberais, efetuou um empréstimo de 1 000\$000 réis para pagamento da tropa¹⁷.

Já Francisco Tavares de Almeida Proença fazia parte dos 40 maiores contribuintes do concelho de Castelo Branco e, a partir de 1858, obteve uma participação de relevo no capital do Banco de Portugal, mantendo-se entre os 50 maiores acionistas da instituição até à sua morte¹⁸.

Em relação ao pagamento do imposto da décima, Tavares foi coletado em 1865 em 372\$180¹⁹. Fazendo a comparação com os valores pagos

por Manuel Vaz Preto, registados atrás, podemos afirmar que as fortunas destas duas casas eram muito semelhantes, embora a da família Tavares Proença possa ser considerada ligeiramente mais avultada, face ao volume de propriedades e diversificação de investimentos.

Com a morte de Tavares (pai) o seu filho herdou a grande maioria dos bens, mantendo a preponderância da casa agrícola. No entanto, repartiu alguns bens com as irmãs, como já referimos, pelo que o valor total dos bens patrimoniais terá diminuído, mas nada que afetasse a sua imensa fortuna.

Na realidade, os rendimentos destas famílias provinham, essencialmente, da atividade agrícola, da criação de gado e das rendas das propriedades rústicas e casas que alugavam²⁰. As casas agrícolas desempenhavam uma boa parte dos rendimentos.

Os Vaz Preto manifestaram-se várias vezes a favor da proteção da agricultura beirã, a base do seu poder económico. Numa declaração aos eleitores, em 1852, João José alertava para os elevados impostos que recaíam sobre os produtos agrícolas em Portugal, especialmente

¹⁶ POUSINHO, 2004, anexo n.º 9.

¹⁷ MARTINS, 2010, p. 23.

¹⁸ MONICA (Coord.), 2006, p. 388.

¹⁹ POUSINHO, 2004, anexo n.º 19.

²⁰ MARTINS, 1986, p. 118

sobre o azeite²¹. Este produto também esteve nas prioridades do seu filho. Em 1861, na Câmara dos Deputados, Manuel Vaz, alertava as autoridades para o constante roubo da azeitona, chegando mesmo a entregar um requerimento na câmara municipal de Castelo Branco que deu origem a uma postura municipal, do mesmo ano, que punia os autores de furtos de azeitona e bolota²². Nas suas memórias, Bulhão Pato referiu-se ao chamado azeite de prato que foi introduzido em Portugal por Alexandre Herculano, com a sua preciosa produção de Vale de Lobos, seguindo-lhe o exemplo Manuel Vaz Preto²³.

Manuel Vaz era de facto um dos grandes proprietários e produtores agrícolas do país e, se provas faltassem, podemos acrescentar ainda a sua condição de sócio da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (RACAP). Fundada em 1860, desta Associação fizeram parte os grandes agricultores portugueses, tendo como primeiro sócio, desde 1863, o próprio rei. Teve grande influência nos corredores do poder e na lista de sócios de 1881 constavam o nome de vários ministros e de outras personalidades de grande destaque da vida política e

económica, entre eles Manuel Vaz Preto Geraldês²⁴.

Em relação à família Tavares Proença o panorama é semelhante. Os seus produtos agrícolas eram amplamente apreciados, até pela família real. As cartas trocadas entre Tavares Proença (filho) e o conde de Arnoso, Bernardo Correia de Melo, secretário particular do rei D. Carlos, provam como os queijos, presuntos, azeite e fruta estavam na mesa do Paço²⁵.

Concluindo, os bens patrimoniais da família Vaz Preto remontam pelo menos ao século XVII. Foram constituídos através do casamento que propiciaram o progressivo engrandecimento da casa e de doações de bens entre membros da família, com o objetivo claro de a aumentar cada vez mais. Para além dos bens vinculados tinham também na sua posse bens livres e, após o fim do sistema vincular, o património continuou a crescer através da compra de propriedades desamortizadas.

Tal como os Vaz Preto, a família Tavares Proença também possuía um vasto património que igualmente remontava a séculos anteriores. No entanto, o engrandecimento da casa deveu-se essencialmente ao

²¹ B.N.P., E.R.F.M, caixa 40. Circular aos eleitores de João José Vaz Preto Geraldês de 18 de outubro de 1852.

²² D.C.D., sessões de 2 e 8 de agosto de 1861 e MARTINS, 2005, p. 360.

²³ PATO, Tomo I, 1894, pp. 231-232.

²⁴ GRAÇA, 1999, p. 86-89. Lista de sócios anexo 1, pp. 231-243.

²⁵ DIAS, julho de 1963, pp. 72-82.

casamento de Francisco Tavares Proença e à herança da fortuna do barão de Porto de Mós. Se no caso dos Vaz Preto os bens que estavam na posse da família eram, em grande parte, oriundos de bens vinculados nos séculos anteriores, no caso dos Tavares Proença houve um grande investimento já no período liberal, extravasando mesmo os limites do distrito, sendo essa uma época de grande crescimento desta casa.

As duas famílias tinham uma sólida riqueza fundiária, que constituía uma base de poder e lhes conferia preponderância económica e social. As suas casas agrícolas tinham uma produção considerável e, por certo, davam trabalho a muita gente. Não eram proprietários absentistas, Manuel Vaz Preto passava grande parte do ano na quinta da Lousa, só se ausentando para os trabalhos parlamentares, Tavares Proença (pai) passou a viver em Castelo Branco após a Regeneração e o seu filho viveu sempre naquela cidade, o que demonstra a sua preocupação e empenho em acompanhar a gestão da sua casa. Este cuidado com a rentabilidade agrícola, por parte das duas famílias, era perfeitamente justificado já que o seu poder económico estava intimamente

ligado à terra.

2. Ligações com o centro político e estratégias matrimoniais

A elevada posição económica e social conquistada pelas famílias Vaz Preto e Tavares Proença refletiu-se no estatuto social adquirido no Antigo Regime, o qual foi consolidado na Monarquia Constitucional. No período liberal instituíram-se critérios censitários e capacitários que diferenciavam os indivíduos politicamente e limitavam a um número reduzido aqueles que podiam interferir nos destinos dos concelhos, abrindo as portas à formação de uma nova elite assente na riqueza e nos conhecimentos adquiridos. As razões que levaram os liberais a favorecerem esta nova oligarquização dos concelhos poderão encontrar-se na debilidade do aparelho periférico do Estado que conferiu aos municípios capacidade de intervenção em tarefas tão importantes como o recrutamento militar, o recenseamento eleitoral e o lançamento de impostos diretos²⁶. O mesmo aconteceu em Espanha onde o Estado recorreu aos elementos locais de maior prestígio para poder assegurar aquilo de que necessitava, impostos, ordem, obediência e votos²⁷.

²⁶ SILVEIRA, 1997, p. 109.

²⁷ CARASA SOTO, 1997. II vol., p. 31.

Com tantas responsabilidades, as comunidades locais só podiam ser dirigidas pelos mais capazes e por quem tivesse reconhecimento social, recorrendo a monarquia constitucional às práticas tradicionais de Antigo Regime, privilegiando atores políticos poderosos que exerciam a autoridade em sociedades baseadas na tradição, com vínculos de dependência de várias ordens, na maioria herdadas. Tanto os Vaz Preto como os Tavares Proença reuniam estes requisitos e exerceram cargos na administração municipal ao longo do século XIX na cidade de Castelo Branco como vereadores e conselheiros municipais²⁸.

Para além da preponderância local, o Liberalismo abriu outros palcos políticos aos grandes notáveis, como a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares. Estas duas instituições também tinham critérios de seleção muito rigorosos. Segundo a Carta Constitucional só era elegível para deputado o eleitor que tivesse uma renda líquida anual de 400\$000 réis. Dentro deste pressuposto, João José Vaz Preto Geraldes e Francisco Tavares de Almeida Proença foram eleitos deputados logo na legislatura de 1834-1836²⁹. A segunda câmara, por seu lado, estava destinada aos «grandes do reino», alta nobreza e alto clero, e também

ela com elevados padrões de seleção dos seus membros. Após 1834, a Câmara dos Pares mudou um pouco a lógica do recrutamento já que os grandes titulares apoiaram, na sua maioria, a causa miguelista, sendo os novos membros oriundos de vários setores sociais de elevado prestígio, entre eles os grandes proprietários³⁰, onde se enquadravam os Vaz Preto e os Tavares Proença, tendo sido nomeados para a Câmara Alta em 1842. Também foram eleitos para o Senado em 1838 e 1840.

Todavia, há outros fatores que contribuíram para a sua afirmação social e política, eles são: as relações de grande proximidade com a elite política liberal e as estratégias matrimoniais.

Os patriarcas, João José Vaz Preto Geraldes e Francisco Tavares de Almeida Proença cedo se envolveram na política. A presença nos grandes palcos políticos permitiu a ambos o contacto com personagens tão importantes como Rodrigo da Fonseca Magalhães, ou Luís Mouzinho de Albuquerque. O primeiro foi determinante para a nomeação dos dois notáveis beirões para o Pariato, em 1842, e João José

²⁸ POUSINHO, 2004, anexos n.ºs 8, 16, 18 e 19.

²⁹ MÓNICA (Coord.), 2005, p. 317 e 2006, p. 387.

³⁰ SILVEIRA, 1992, p. 349.

também deve a Rodrigo e a Mouzinho as duas nomeações para governador civil do distrito de Castelo Branco nos anos de 1840. Apesar da difícil coabitação política com Costa Cabral, as memórias de Bulhão Pato provam que a relação pessoal entre o morgado da Lousa e o marquês de Tomar era afável e respeitosa³¹. Nos anos da década de 1850, João José aproximou-se dos elementos mais à esquerda, como foi o caso de José Estevão. Prova das suas excelentes relações no mundo político e intelectual foi o acolhimento proporcionado a Alexandre Herculano aquando de uma viagem deste pelo país, em 1853³². Como grandes notáveis locais estabeleceram relações com outras notabilidades políticas da época, chegando mesmo Tavares Proença (pai) a ocupar o lugar de ministro do Reino, em 1847.

A estratégia matrimonial foi outra forma que João José e Tavares Proença utilizaram para ampliar as suas redes de influência social e política. No caso dos Vaz Preto os vários casamentos efetuados desde o século XVII permitiram a construção do poder fundiário e social desta família, estratégia que se manteve no século XIX. João José Vaz Preto Geraldes casou com uma prima, irmã do futuro conde da Graciosa.

Este casamento deu continuidade a uma estratégia familiar de ligações entre as famílias Vaz Preto, os futuros condes da Graciosa e os futuros viscondes da Borralha. A prima e cunhada de João José, Inês Vera Geraldes Bourbon, casou com o próprio visconde da Borralha e a sua filha, Emília Vaz Preto, casou com Albano Caldeira Pinto de Albuquerque, irmão do 1.º visconde da Borralha. Os Vaz Preto ligavam-se a duas famílias também elas grandes proprietárias e que integraram a nova nobreza liberal.

João José teve uma outra filha fora do casamento, Júlia Vaz Preto Geraldes que casou com Guilhermino Augusto de Barros, bacharel em Direito e figura importante da administração pública, ocupando vários cargos de relevo³³.

Em relação à família Tavares Proença o processo foi muito semelhante. Francisco Tavares de Almeida Proença (pai), como vimos, aumentou muito a sua fortuna com o casamento e procurou, também, os melhores esposos para as suas filhas. Maria Joaquina casou com Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, lente da Universidade de Coimbra e sobrinho do ilustre poeta e político Almeida Garrett. Maria Bárbara

³¹ PATO, Tomo II, 1894, pp. 31-32.

³² Alexandre Herculano, *Apontamentos de viagem (1853-1854)*.

³³ MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 331-333.

contraiu enlace com José de Saldanha Oliveira e Sousa, irmão do 4.º conde de Rio Maior, de quem o filho mais velho do casal herdará o título por falta de sucessão do titular.

Se os patriarcas procuraram engradecer as suas casas e planearam uma estratégia matrimonial capaz de alargar a influência das famílias nos estratos mais altos da sociedade, os herdeiros varões demonstraram uma total despreocupação nesta matéria, seguindo um percurso bastante diferente, desafiando mesmo as convenções sociais da época. De facto, Manuel Vaz Preto morreu solteiro, tendo deixado um filho legitimado. Já Francisco Tavares de Almeida Proença casou com Judite Gualdino, costureira de teatro, com quem teve três filhos.

Se Manuel Vaz Preto e Tavares Proença (filho) não efetuaram matrimónios que lhes trouxessem ganhos patrimoniais ou mais-valias políticas, os casamentos das irmãs foram determinantes para os seus percursos na esfera política. Para o morgado da Lousa, o tio, conde da Graciosa, os cunhados, Albano Caldeira e Guilhermino de Barros, e os primos, da casa Graciosa, a par dos seus irmãos, Fernando Vaz Preto e João José Vaz Preto, constituíram um núcleo familiar coeso

que esteve politicamente ao seu lado nas décadas de 70 e 80 do século XIX.

Se a família constituiu para Manuel Vaz Preto uma trave mestra dos seus apoios políticos, as suas relações pessoais com vários notáveis da época também lhe trouxeram grandes dividendos. A sua passagem, como estudante de Direito, pela Universidade de Coimbra, deixou-lhe amizades e relações políticas para toda a vida. Segundo Bulhão Pato, a residência dos Vaz Preto na cidade do Mondego reunia a flor dos estudantes do curso de Direito onde se faziam grandes serões literários, destacando entre os convivas Martens Ferrão, visconde de Chancelheiros, Henrique O'Neill e o seu futuro cunhado Guilhermino Augusto de Barros³⁴. A sua chegada ao Parlamento, em 1861, e ao pariatto em 1864, por via hereditária, fará com que conviva e estabeleça relações com todas as personagens que marcaram a Monarquia Constitucional, como António José de Ávila, Fontes Pereira de Melo, Anselmo Braamcamp ou José Dias Ferreira, que muito contribuíram para o seu percurso político.

³⁴ PATO, Tomo II, 1894, pp. 38-41.

A sua atuação política na capital foi de tal forma importante que chegou a financiar dois jornais nos anos de 1870, *A Discussão* e o *Diário da Manhã*, tendo a colaboração ativa de Pinheiros Chagas, que será seu correligionário político³⁵. Manuel Vaz será ainda o responsável pela ascensão política de João Franco, um elemento da nova geração³⁶.

Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) teve um percurso diferente e as suas ligações ao mundo da política devem-se essencialmente às personalidades locais que privaram com o seu pai e aos casamentos das irmãs.

Tavares nasceu em Lisboa em 1853, mas desde muito novo fixou-se em Castelo Branco, para onde o pai se retirou para cuidar da casa agrícola. Ao contrário de Manuel Vaz, não prosseguiu os estudos na Universidade, faltando-lhe o convívio e os contactos que Coimbra podia proporcionar³⁷. À data da morte do pai, em 1872, com apenas 19 anos,

ficou com a incumbência da gestão das numerosas propriedades herdadas³⁸.

As décadas de 1870 e de 1880 foram de afirmação política local e nacional, tendo de percorrer um longo caminho devido à sua juventude. O prestígio político do pai, a elevada fortuna ao seu dispor e os casamentos das irmãs foram argumentos decisivos para a sua inserção social e política que se cimentou nos anos de 1890.

A sua relação com a família real desenvolveu-se com o rei D. Carlos e com os príncipes que privavam com alguns amigos de Tavares Proença, como o conde de Arnoso, secretário particular do rei, o coronel Malaquias de Lemos, que prestou serviço junto do referido monarca, e o seu sobrinho, 6.º marquês de Lavradio, secretário de D. Manuel II. D. Carlos apreciava as caçadas na Beira Baixa e para as concretizar contava com os bons serviços de Tavares Proença³⁹. Toda a cortesia de Tavares Proença era correspondida pelo rei com vários convites para estar presente no palácio ducal de Vila Viçosa⁴⁰. A ação do rei

³⁵ O jornal *A Discussão* foi publicado entre julho e dezembro de 1875, já o *Diário da Manhã* foi publicado entre janeiro de 1876 e novembro de 1884 e foi dirigido por Pinheiro Chagas.

³⁶ RAMOS, 2001, pp. 38-42.

³⁷ MONICA (Coord.), 2006, p. 389.

³⁸ DIAS, José Lopes, abril de 1972, p. 32.

³⁹ DIAS, Jaime Lopes, 1962, pp. 12-15, p. 28, pp. 42-48.

⁴⁰ DIAS, José Lopes, julho de 1963, p. 74.

também foi decisiva para a sua ascensão à Câmara dos Pares, em 1905, distinção a que só anuiu por insistência do rei⁴¹. A relação de proximidade com D. Carlos ficou bem vincada após o regicídio, quando a rainha D. Amélia lhe ofereceu, como lembrança da sua amizade, um alfinete de gravata que tinha pertencido ao finado monarca⁴². Em agosto de 1906 alojou os príncipes, D. Luís Filipe e D. Manuel, numa viagem efetuada à Beira Baixa⁴³. A relação com o futuro D. Manuel II perdurará no tempo, pois trocaram alguma correspondência, após o exílio do rei em Inglaterra⁴⁴.

Constatámos que Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) tinham uma grande projeção social e política. Ambos tinham prestígio familiar que herdaram dos pais, enormes fortunas e redes familiares alargadas. No entanto, Manuel Vaz Preto, fruto do seu percurso pessoal e político, tinha maior preponderância na capital, enquanto Francisco Tavares Proença, tinha contactos privilegiados no Paço, fruto dos casamentos das irmãs e amizades estabelecidas em anos anteriores.

⁴¹ DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 87.

⁴² DIAS, José Lopes, 1970, p. 16.

Reflexões finais

As elites regionais e locais tiveram uma grande capacidade de adaptação na passagem do Antigo Regime para o Liberalismo. Os mecanismos de representação política e social, apesar de alterados, permitiram uma linha de continuidade com o passado. O protagonismo social e político com origem no Antigo Regime, baseado no poder fundiário, teve uma ampla continuidade com o Liberalismo. Por um lado, existiu a ampliação dos patrimónios e o aumento da riqueza, com a compra de bens nacionais ou o investimento em outras áreas. Por outro lado, a dimensão política ampliou-se com os novos cargos de representação nacional, só ao alcance dos detentores de riqueza. Convém realçar a grande capacidade de perceção da nova realidade por parte destas elites. O novo modelo liberal foi interpretado como um momento ideal para aumentar o poder político e económico. Como no Antigo regime, o Estado liberal, ainda incipiente, confiava a estas personalidades uma série de funções na periferia que ele ainda não podia efetuar. Desta forma, estes poderes foram usados como uma forma de consolidar muita da preponderância que traziam de séculos anteriores,

⁴³ DIAS, José Lopes, julho de 1962, pp. 82-91.

⁴⁴ IDEM, 1970, pp. 6-23.

aderindo ao novo paradigma. Porém, tiveram consciência de que as práticas de Antigo Regime continuavam arreigadas na população, nomeadamente os mecanismos de representação de grupo que não se coadunavam com a lógica de representação individual, própria do liberalismo. Cientes disso, continuaram a representar o papel de líderes de comunidades, fazendo a ligação entre o centro e a periferia.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T)

Registos Vinculares, Vínculos Abelho, Castelo Branco

Processo n.º 4- Processo registado por João José Vaz Preto Geraldês

Processo n.º 8- Processo registado por Francisco Tavares de Almeida Proença

Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.)

Reservados. Espólios Particulares

Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães (E.R.F.M.)

Caixa n.º 40- Cartas de João José Vaz Preto Geraldês para Rodrigo da Fonseca Magalhães

Fontes impressas

DIAS, José Lopes, “Miscelânea de cartas & documentos”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 10, julho de 1963, pp. 72-82.

—, “A política do partido progressista no distrito de Castelo Branco”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 16, abril de 1965, pp.65-96.

—, *Arquivo Tavares Proença*, Separata da Revista Estudos de Castelo Branco, Castelo Branco, 1970.

—, *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 40, abril de 1972, (número dedicado a Francisco Tavares Proença Júnior).

Diário da Câmara dos Deputados (D.C.D.)

Bibliografia

AZEVEDO, Ricardo Charters d', *A morte do Barão de Porto de Mós*, CEPAE, 2010.

CARASA SOTO, Pedro (Dir.), *Élites castellanas de la Restauración*, Junta de Castilla y León, 2 Vols, 1997.

COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, in *Análise Social*, n.ºs 61-62, Lisboa, 1980, pp. 111-131

DIAS, Jaime Lopes, *O Rei D. Carlos e a Beira Baixa* (subsídios para a história dos últimos anos da monarquia), Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1962.

ESTEVES, Judite Maria Nunes, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar: (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa FCSH/UNL, policopiado, 2008.

FONSECA, Helder Adegar, *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1996.

GRAÇA, Laura Larcher, *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1999.

MARTINS, Manuel Alfredo de Moraes, *Castelo Branco. Um século de vida da cidade 1830-1930*, Castelo Branco, 2 Vols, 2005 (1º Vol.), 2010 (2º Vol.).

MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário biográfico parlamentar*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Coleção Parlamento, 2006 (3º Vol.).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

PATO, Raimundo António de Bulhão, *Memórias, Scenas de infância e homens de letras*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1894.

—, *Memórias. Homens políticos*, Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1894.

RAMOS, Rui, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “Revolução Liberal e pariatto (1834-1842)”, in *Análise Social*, n.ºs 116-117, 1992, pp. 329-353.

POUSINHO, *Castelo Branco. Governo, Poder e Elites (1792-1878)*, Lisboa, Colibri, 2004.

POUSINHO, *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no distrito de Castelo Branco (1852-1910)*, Lisboa, policopiada, Tese de Doutoramento FCSH-UNL, 2016

Nota biográfica:

Nuno Pousinho (1970). Doutorada História Contemporânea (2016 - NOVA FCSH). Conferencista convidado (2008/2009 - NOVA FCSH). Professor do ensino Básico/Secundário.

Áreas de investigação: História eleitoral, das elites, das fações políticas e do caciquismo no Portugal oitocentista.